

## O PENSAMENTO MORAL EM DESCARTES NOTAS SOBRE A INSERÇÃO DA REFLEXÃO MORAL NO MÉTODO E NA METAFÍSICA CARTESIANA

*The Moral Thought in Descartes*  
*Notes about the place of moral reflection in Cartesian method and metaphysics*

Alessandro Rodrigues Pimenta  
UFPI

*La plus haute et plus parfaite morale... dernier degré de la sagesse.*  
Descartes

**Resumo:** Este artigo analisa alguns aspectos da moral cartesiana. Num primeiro momento, investiga-se como a expressão “moral provisória” é equivocada e como a moral do *Discurso do método* é retomada na *Correspondência*. Num segundo momento, é interessante a compreensão da nova significação que Descartes fornece ao termo paixão. Enfim, mostra-se como a moral se insere, paulatinamente, na filosofia de Descartes.

**Palavras-chave:** Moral, paixões, vontade, dualismo, Descartes, racionalismo

**Abstract:** This article examines some aspects of Cartesian morality. First of all, it investigates how the expression “moral provisory” is generally misunderstood and also how the moral of *Discourse on method* is retook in *The Correspondence*. Secondly, it is significant to understand the new Cartesian meaning for passion. At the end, it'll point out how morality is gradually introduced in the philosophy of Descartes.

**Key-words:** Morality, passion, will, dualism, Descartes, rationalism.

### 1 O projeto de Descartes e a moralidade

O legado de Descartes não o insere entre os pensadores importantes, no que se refere a questões políticas<sup>1</sup> e a questões ético-morais do século XVII. É difícil pensar que um filósofo que objetivou reformar toda a metafísica ficasse alheio a tais questões. Na verdade, não é o caso, pelo menos no que se refere à moral. Diferente da metafísica e de seus textos científicos, que podem ser identificados, especificamente, em algumas obras, a moral se insere no pensamento de Descartes em vários momentos. Considerando a *Carta-prefácio aos princípios de filosofia*

---

<sup>1</sup> GUENANCIA, Pierre. *Lire Descartes*. Paris: Gallimard, 2000, p. 492.

como a síntese do projeto filosófico-científico de Descartes e como se trata de um texto já do período de maturidade, pode-se afirmar que a moral é o ápice de seu projeto:

Assim, toda a filosofia é como uma árvore, cujas raízes são a metafísica, o tronco é a física, e os galhos que caem do tronco são todas as ciências, que se reduzem a três principais, a saber, a medicina, a mecânica e a moral. **Entendo a mais alta e mais perfeita moral, que pressupondo um conhecimento inteiro das outras ciências, é o último degrau da sabedoria**<sup>2</sup>.

A chave de interpretação do sistema cartesiano é a *Carta-prefácio*. Nesta correspondência, encontram-se as concepções de filosofia, ciência, método e, mesmo, ensino de filosofia propostas por ele. Dessa forma, a hipótese que se segue neste artigo é o entendimento do que se encontra na referida correspondência, a saber, a articulação entre metafísica, método e moral, sendo a moral, o último degrau da sabedoria no projeto filosófico-científico de Descartes. Trata-se, então, de analisar a primeira expressão direta da moral cartesiana, a saber, aquela encontrada na terceira parte do *Discurso de método* e perceber como na *Correspondência* com Elisabeth as máximas são retomadas. Isso mostra que a compreensão da *moral par provision* como um problema secundário no cartesianismo não se sustenta, já que as máximas, como será demonstrado, são sutilmente reelaboradas, conservando seu conteúdo original de 1637. Como a moral se situa no âmbito da união substancial e, diretamente com as paixões, a nova significação do termo paixão será importante para a compreensão da inserção da moral no método e na metafísica cartesianas. Compreendendo que a moral se insere paulatinamente no sistema, os textos da década de 30 do séc. XVII e a *Correspondência* de 1645, demonstrarão que o estabelecimento de uma moral é um projeto de Descartes e esteve presente em sua produção filosófica, tanto no período de juventude como período de maturidade.

## 2 A moral cartesiana no *Discurso do Método*

Encontra-se a primeira expressão e discussão da moral cartesiana no *Discurso do método*. Cabe notar, inicialmente, que este texto, hoje lido como uma obra completa e independente, foi escrito como um prefácio à obra científica de Descartes em 1637. A propósito do termo *discours*, Descartes explica, em carta de 27 de fevereiro de 1637 a Mersenne, que prefere esta palavra à palavra *traité*, pois seu “intento não era de ensinar (o método), mas somente de falar sobre ele. Pois, como se pode ver disso que eu disse, prosseguia ele, consiste mais na prática do que na teoria”<sup>3</sup>. O *Discurso* aponta apenas uma prática, a prática do método. É neste sentido, de uma praticidade, que se encontram as reflexões morais inseridas em sua III Parte. Entretanto, já na primeira parte, onde Descartes narra sua formação em *La Flèche*, percebe-se seu descontentamento ao fim de sua formação. Em tom autobiográfico, diferentemente do que se encontra nas *Meditações*, há um sujeito que identifica, no que tange à sua condição existencial e aos fundamentos da filosofia, as falhas e as lacunas oriundas da

<sup>2</sup> DESCARTES, René. *Lettre-préface des principes de la philosophie*. Paris: Flammarion, 1996, p. 74-75. Grifo meu.

<sup>3</sup> DESCARTES, René. *Correspondance* (1638-1642). Tome II. Paris: Garnier, 1963b, p. 522.

formação jesuíta recebida. Aquilo que lhe fora transmitido não passava de opiniões com certa verossimilhança, mas sem edificações claras e seguras. Assim, para estabelecer uma ciência bem fundamentada, é proposta uma suspensão das opiniões até o presente momento adquiridas.

Já faz bastante tempo que eu me dei conta de que, a partir de minha infância considerava verdadeiras muitas opiniões equivocadas, e de que aquilo que mais tarde, estabeleci em princípios tão mal fundamentados só podia ser deveras suspeito e impreciso; de maneira que era preciso que eu tentasse com seriedade, uma vez em minha vida, **livrar-me de todas as opiniões nas quais até aquele momento acreditara e começar tudo novamente a partir dos fundamentos, se pretendesse estabelecer algo sólido e duradouro nas ciências**<sup>4</sup>.

Não se pode negar o radicalismo de Descartes, a saber, começar tudo de novo, desde os fundamentos. Ora, isso inclui, necessariamente, a moral, já que ela é o último degrau da sabedoria e depende de uma metafísica e de uma ciência bem fundamentadas. Todavia, enquanto se pode fazer uma suspensão dos juízos, não se pode fazer uma suspensão das ações. É nessa perspectiva que Descartes introduz a moral na III Parte do *Discurso*. A moral (provisória), tal como é apresentada no *Discurso do método*, objetiva a exoneração da irresolução no que tange às ações humanas. Ela permite que o homem continue em paz a pesquisa da verdade e a conquista das ciências. Possui, ainda, a função de satisfazer o caráter de urgência que os problemas de ordem prática, na vida do homem em sociedade, apresentam constantemente. Acrescente-se a isso que a moral provisória é moral racional. Essa moral não é apenas uma necessidade de Descartes, é, antes, uma necessidade para todo homem. Merckaert reafirma a necessidade da moral provisória. Segundo ela, num primeiro momento, a irresolução impede a ação, mas é uma etapa necessária ligada à dúvida. Necessária, pois fornece certa tranqüilidade para a procura da verdade. Saliente-se que há uma perfeita independência entre o **plano de ação** e o **plano do pensamento**, pelo menos nesta etapa da construção do sistema<sup>5</sup>.

Cabe levantar o questionamento sobre o lugar da moral provisória no sistema de Descartes. Alguns, tomados por certa pressa e sem efetuar uma análise mais apurada do adjetivo provisória, afirmam que ela (a moral provisória), nada mais é do que um momento passageiro no desenvolvimento do sistema, uma peça que pode ser exonerada, sem qualquer perda considerável<sup>6</sup> quando o sistema estiver pronto<sup>7</sup>. Ao contrário, a tese que se defende neste artigo trata do pensamento segundo o qual a moral provisória se insere,

<sup>4</sup> DESCARTES, René. *Les méditations*. Tome II. Paris: Garnier, 1963e, p. 405. Grifo meu.

<sup>5</sup> MERCKAERT, Norma. Les trois moments moraux du *Discours de la méthode*. In.: *Revue philosophique de Louvain*, n° 73, 1975, p. 613.

<sup>6</sup> TEIXEIRA, Lívio. *Ensaio sobre a moral de Descartes*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 127.

<sup>7</sup> Foi esta visão apressada e equivocada que justificou as afirmações da inexistência de uma reflexão moral no sistema de Descartes. Por isso, muitas vezes o pensamento moral de Descartes é reduzido às máximas da III Parte do *Discurso*, o que é apenas uma visão parcial desta temática em sua obra.

sistematicamente, no conjunto da obra de Descartes. O autor das *Meditações* não titubeia em declarar que a moral provisória foi “tirada do método”<sup>8</sup>.

É preciso, inicialmente, salientar que Descartes não utiliza a palavra *provisoire*. Encontra-se, no *Discurso*, a expressão *morale par provision*, e é esta expressão que deve ser explicada, a fim de situá-la na compreensão da moralidade no sistema cartesiano. Observe-se, a respeito da expressão *morale par provision*, que o acento não deve ser dado ao caráter provisório, deve, antes, ser salientada a palavra provisão, a qual deve ser entendida como *approvisionnement*<sup>9</sup>. Descartes insiste que é preciso fazer uma provisão de materiais, ou melhor, acumular provisões para a construção de uma casa<sup>10</sup>. Gilson mostra a equivalência dos termos *par provision* e *en attendant* na língua francesa. Essa posição de Gilson é embasada a partir da leitura do texto em latim, no qual é encontrada a expressão *ad tempus*<sup>11</sup>. Todas estas expressões significam uma atitude de espera enquanto não se obtêm máximas mais certas. A moral, tal como é apresentada no *Discurso*, é necessária para que o homem não hesite em agir, enquanto não se tem um juízo claro e distinto de como conduzir suas ações<sup>12</sup>.

A partir dessa breve explicação, podem-se, agora, enunciar as regras da moral por provisão:

A primeira era obedecer às leis e aos costumes de meu país, mantendo-me na religião na qual Deus me concedera a graça de ser instruído a partir da infância, e conduzindo-me, em tudo o mais, de acordo com as opiniões mais moderadas e mais distantes do excesso, que fossem comumente aceitas pelos mais sensatos daqueles com os quais teria de conviver<sup>13</sup>.

Esta máxima mostra dois princípios que o homem do século XVII mais prezava, a saber, o Estado e a religião<sup>14</sup>. Descartes não polemizará questões que dizem respeito ao Estado e à religião. A reforma dessas instituições não é sua preocupação prioritária, mas não se pode conceber esta máxima como expressão de uma simples aceitação de um conformismo inevitável nas circunstâncias. O conformismo de Descartes é provisório e consciente. É racional, à medida que resulta de um compromisso de agir da melhor maneira na vida. O conformismo cartesiano em nada difere do conformismo de Montaigne, que também prescreve ser fiel à religião e às leis recebidas desde a infância<sup>15</sup>. E é sabido muito bem que Montaigne não tinha os supostos motivos pessoais de Descartes para afirmar fidelidade ao Estado e à religião. Trata-se, em Descartes, de um conformismo necessário, já que o sistema ainda não foi totalmente constituído. A referência a Montaigne na compreensão desta máxima é clássica e é oriunda do comentário já canônico de É. Gilson ao

<sup>8</sup> DESCARTES, René. *Discours de la méthode*. Tome I. Paris: Garnier, 1963d, p. 867.

<sup>9</sup> MARQUES, Jordino. *Descartes e sua concepção de homem*. São Paulo: Loyola, 1993, p. 110.

<sup>10</sup> DESCARTES, René. *Op. cit.*, 1963d, p. 59.

<sup>11</sup> GILSON, Étienne. *Discours de la méthode: texte et commentaire*. Paris: Vrin, 1967, p. 230.

<sup>12</sup> DESCARTES, René. *Op. cit.*, 1963d, p. 591.

<sup>13</sup> ID. *Ibid.*, p. 592.

<sup>14</sup> MARQUES, Jordino. Moral e Política no Sistema Cartesiano. In.: BRITO, Adriano & HECK, José. *Ética e Política*. Goiânia: UFG, 1997, p. 179.

<sup>15</sup> RODIS-LEWIS, Geneviève. *La morale de Descartes*. Paris: Puf, 1998, p. 19.

*Discurso*. Na verdade, Gilson<sup>16</sup> afirma que o conformismo de Descartes em nada difere do conformismo de Montaigne. Isso desautoriza uma interpretação de que Descartes afirmara tal conformismo em razão de supostos motivos pessoais devido a sua proximidade com autoridades laicas e religiosas. Nos *Ensaïos*, Montaigne<sup>17</sup> diz que o homem deve ser fiel à lei e à religião recebida “para não causar perturbação na obediência das leis e costumes de seu país”. Pode-se afirmar que no ceticismo de Montaigne isso se tornou necessário por dois motivos, um teórico, dada a relatividade dos costumes e outro prático, dadas as guerras religiosas na França. Ainda que Descartes estivesse na Alemanha nessa época e, posteriormente, escolhera viver nos Países Baixos, distante da inquisição espanhola, sua obediência às leis e aos costumes é oriunda da impossibilidade de, neste momento, realizar uma moral perfeita, já que a metafísica se encontra em construção. Isso, certamente, implica um posicionamento de ordem prática, uma vez que o sistema não está concluído. Entende-se, portanto, que a acusação de Espinas<sup>18</sup> de que o conformismo cartesiano seria apenas uma prevenção em relação a autoridades eclesiásticas não se sustenta. Não se poderia atribuir os mesmos motivos pessoais de Descartes a Montaigne e ambos se assemelham muito no que se refere ao conformismo social.

A *morale par provision* se encontra num patamar de superioridade em relação à moral tradicional, a saber, a moral e as regras de sociedade cultivadas sem que o sujeito tenha consciência das mesmas, sem que haja um mínimo de reflexão. Por isso, o conformismo não deve ser comparado com o do vulgo. É um conformismo racional, por ter caráter provisório e porque é retificado pela razão ou mesmo confirmado por ela<sup>19</sup>. Isso acontece, a fim de que o homem viva melhor. Note-se que Descartes não aceita qualquer opinião vigente, todavia as “mais moderadas” parecem ser as melhores<sup>20</sup>, e isso por dois motivos de ordem racional. Em primeiro lugar, sendo as mais moderadas, são as que também estão mais longe dos excessos. Em segundo lugar, encontramos nelas maior probabilidade de errar menos. Acrescente-se que os mais sensatos são os mais moderados. Não se trata de tirar, simplesmente, vantagens práticas, comenta Gilson<sup>21</sup>, mas no fato de a verdade estar mais com esses que com outros. Assim, a *morale par provision* supõe a existência de uma moral tradicional, a qual a submete a uma série de critérios que são orientados pela razão. Dessa forma, a *morale par provision* não é somente a mais vantajosa, é a que mais se aproxima da verdade.

Teixeira<sup>22</sup> aponta alguns aspectos nos quais a *morale par provision* é superior à moral tradicional. Em primeiro lugar, é enfocado o homem que conduz sua vida segundo as normas tradicionais, mas que normalmente não tem consciência dessas. Descartes afirma que guiaria sua conduta conforme a dos mais sensatos. Para saber quais eram as opiniões que deviam ser

<sup>16</sup> GILSON, Étienne. *Op. cit.*, p. 173 e p. 236.

<sup>17</sup> MONTAIGNE, Michel de. *Essais*. Paris: Puf, 2001, 1, II, c 3, p. 13.

<sup>18</sup> ESPINAS, Alfred. *Descartes et la morale*. Tomes I et II. Paris: Bossard, 1925, p. 17.

<sup>19</sup> TEIXEIRA, Lívio. *Op. cit.*, p. 128.

<sup>20</sup> Percebe-se aqui uma clara influência de Aristóteles na elaboração desta máxima. Segundo Aristóteles, o excesso e a falta constituem o vício, enquanto a virtude ou excelência moral tende a ser o meio-termo (cf. *Ética a Nicômacos*, 1106 b).

<sup>21</sup> GILSON, Étienne. *Op. cit.*, p. 236.

<sup>22</sup> TEIXEIRA, Lívio. *Op. cit.*, p. 137.

seguidas, é necessário observar a conduta desses homens, não somente o discurso, entretanto “devia tomar nota mais daquilo que praticavam do daquilo que diziam”<sup>23</sup>.

Descartando a suspeita da hipocrisia, verifica-se a existência do inconsciente social, ou seja, os pensamentos e comportamentos que nos foram transmitidos desde a infância e que não são questionados quanto à veracidade ou à falsidade e, ainda, tendem a ser aceitos como verdade universal. Descartes faz uma contraposição entre pensamento consciente e pensamento inconsciente: Agir por crer ou agir porque se conhece o fundamento da crença. Destaque-se, outrossim, a consciência da irracionalidade da moral comum. Após oito anos de aplicação intelectual entre os jesuítas em *La Flèche* (de onde teria saído em 1614), o filósofo se convence que ganhou apenas um saber: o reconhecimento da própria ignorância. Do mesmo modo que Sócrates se dirige à praça pública, a fim de diminuir sua ignorância, Descartes se dirige para o mundo, para o grande “livro do mundo”. A consciência disso é adquirida através de viagens realizadas pelo filósofo. Ao encontrar costumes diversos, Descartes se esforça para tirar deles algum proveito e nota a racionalidade dos mesmos.

(...) E, depois, ao viajar, tendo reconhecido que todos os que possuem sentimentos muito contrários aos nossos, nem por isso são bárbaros ou selvagens, mas que muitos utilizam, tanto ou mais que nós, a razão<sup>24</sup>.

Aceitam-se, provisoriamente, os costumes do ambiente onde se vive e não outros, mesmo que estes outros possuam sensatez nos seus respectivos países, pois é melhor seguir aqueles com os quais se estará em constante contato.

Eis a segunda máxima:

Ser o mais firme e decidido possível em minhas ações, e em não seguir menos constantemente do que se fossem muito seguras as opiniões mais duvidosas, sempre que eu me tivesse decidido a tanto<sup>25</sup>.

Essa máxima afirma a permanência e firmeza nas ações. Mas se pode questionar se a vida humana não é uma grande floresta que se tem de percorrer e parece que, a cada momento, esta máxima se insere na conduta humana como um todo<sup>26</sup>. Isso não significa manter coercitivamente juízos uma vez adotados. Segundo, Descartes, a vontade é imprescindível na ação virtuosa e no uso da razão. A razão e a vontade<sup>27</sup> se constituem como dois conceitos que interagem na vida de quem tem em vista o contentamento consigo próprio.

<sup>23</sup> DESCARTES, René. *Op. cit.*, 1963d, p.594.

<sup>24</sup> ID. *Ibid.*, p. 583.

<sup>25</sup> ID. *Ibid.*, p. 594-595.

<sup>26</sup> O exemplo que Descartes utiliza para elucidar a necessidade da firmeza e da resolução nas ações é o do viajante perdido numa floresta. Se ele não sabe a saída, ele tem de escolher uma direção e caminhar, mesmo não tendo certeza absoluta se está na direção certa, uma vez que esta postura lhe concede maior probabilidade de sair da floresta que a irresolução

<sup>27</sup> PIMENTA, Alessandro. O papel da vontade no método e na dúvida cartesiana. In.: *Revista Filosofazer*, n.23, Ano XII. Passo Fundo: IFIBE, 2003/2, p. 50.

Sem sombra de dúvida, dois pontos básicos são apontados nesta máxima. Estes pontos são a resolução e a firmeza nas ações: é necessário seguir opiniões duvidosas como se elas fossem certas. Mas não se deve pensar que Descartes seria ingênuo de aconselhar a seguir opiniões que a razão diz estarem equivocadas. Ao contrário, deve-se seguir com firmeza e resolução aquelas que parecem ser as mais certas, ainda que não haja uma certeza absoluta. O homem se encontra, neste estágio de construção do sistema, diante de decisões de ordem prática que têm um caráter de urgência, então, não pode esperar demasiadamente para agir ou não<sup>28</sup>. Pollot<sup>29</sup> envia, em fevereiro de 1638 (esta data é incerta), uma carta a Descartes, na qual lhe perguntava se não era uma imprudência seguir opiniões duvidosas.

Primeiramente, a segunda regra de sua moral parece ser perigosa, pois é necessário se segurar nas opiniões que se determinou uma vez seguir, quando elas forem as mais duvidosas, como se fossem as mais seguras: pois se elas são **falsas** e **más**, quanto mais se segui-las, mais se engajará no erro ou no vício<sup>30</sup>.

Descartes responde a Pollot<sup>31</sup>, logo em seguida, entre abril e maio de 1638, que sua máxima não indica que o homem deve manter uma opinião, mesmo que ela seja duvidosa. Ele faz aqui uma diferenciação entre juízos de ordem prática e julgamentos teóricos. Ele responde que se deve estar resoluto nas ações, mesmo quando os juízos dizem o contrário<sup>32</sup>. Merckaert<sup>33</sup> sustenta que, a partir dessa máxima, Descartes inaugura uma nova concepção de moral e sua novidade reside no fato de que não é embasada em evidências puramente racionais, é antes, uma moral que se contenta com probabilidades.

A terceira máxima se enuncia assim:

**Minha** terceira era de procurar sempre antes vencer **a mim** mesmo do que ao destino, e de antes modificar os **meus** desejos do que a ordem do mundo; e, em geral, a de habituar-me a acreditar que nada existe que esteja completamente em **nosso** poder, salvo os **nossos** pensamentos, de maneira que, após termos feito o melhor possível no que se refere às coisas que **nos** são exteriores, tudo em que deixamos de **nos** sair bem é, em relação **a nós**, absolutamente impossível<sup>34</sup>.

<sup>28</sup> MARQUES, Jordino. *Op. cit.*, 1993, p. 113.

<sup>29</sup> O correspondente desta carta, na edição AT, é tido como desconhecido. Na edição das *Oeuvres Philosophiques* de Descartes organizadas por F. Alquié, este correspondente de Descartes não é tido como desconhecido. É Pollot o objetor. Seguiu-se, aqui, a designação de F. Alquié. Grifo meu

<sup>30</sup> POLLOT, Alphonse. *Apud* GILSON, Étienne. *Op. cit.*, p. 202. Grifo meu.

<sup>31</sup> Alphonse Pollot (1604-1668) era um refugiado protestante na Holanda e administrador da casa real de Orange. Seu contato com Descartes teve início em 1638, quando enviou a este, através de Reneri, algumas objeções ao *Discurso*. Mais tarde, tornou-se amigo de Descartes e funcionou como intermediário entre ele e Elisabeth.

<sup>32</sup> DESCARTES, René. *Op. cit.*, 1963b, p. 49-50.

<sup>33</sup> MERCKAERT, Norma. *Op. cit.*, p. 617.

<sup>34</sup> DESCARTES, René. *Op. cit.*, 1963d, p. 595-596. Grifo meu.

Saliente-se, primeiramente, que somente os nossos pensamentos estão inteiramente em nosso poder. O que, então, seriam os pensamentos? Normalmente, Descartes utiliza a palavra pensamento em um sentido puramente intelectualista. Contudo, ao analisar com mais cuidado, verifica-se que Descartes atribui, também, ao termo pensamento um sentido mais amplo. A primeira referência desta amplitude do termo pensamento é encontrada na *II Meditação*, quando Descartes se pergunta o que é uma coisa que pensa. Mesmo conservando as atividades intelectuais, como duvidar e entender, ele engloba, também, no termo pensamento, as atividades volicionais como querer ou não querer e também sentir<sup>35</sup>. Isto é salientado também na *III Meditação*, onde, mais explicitamente, os pensamentos são divididos em duas classes: primeiro, as idéias como imagens mentais e segundo, as atividades volicionais<sup>36</sup>. Dentro do desenvolvimento da temática aqui analisada, é oportuno mostrar a explicação que Gilson oferece. Segundo Gilson, os pensamentos seriam todas as operações e atividades que a alma realiza, sejam elas intelectuais, sensitivas, ou mesmo, as vontades que encontram no homem<sup>37</sup>.

Em segundo lugar, é conveniente lembrar, juntamente com Merckaert, que o uso alternado que Descartes faz da primeira pessoa do singular e da primeira pessoa do plural não é aleatório. A utilização da primeira pessoa do plural indica que não era somente Descartes que compartilhava deste tipo de pensamento. Ele utiliza o “nós” ou os “nossos” para mostrar que mais pessoas compartilhavam deste pensamento moral de cunho estóico. Isso esclarece que a construção dessa máxima não é uma formulação de Descartes, antes revela a influência do estoicismo na moralidade do século XVII<sup>38</sup>. Também Gilson<sup>39</sup> nota que esta máxima é de origem estóica. O empenho em mudar a si mesmo e não a ordem do mundo não é uma invenção de Descartes. Ele recorre à história da filosofia, ainda que não faça uma referência direta a Epiteto. É no *Manual* que fica evidente a fonte estóica da *morale par provision*. Epiteto afirma que “não devemos buscar que as coisas nos aconteçam como queremos, ao invés, querer que elas aconteçam como acontecem”<sup>40</sup>.

E, para finalizar as máximas precedentes, Descartes diz:

Por fim, para a conclusão dessa moral, decidi passar em revista as diferentes ocupações que os homens exercem nesta vida, para procurar escolher melhor; e, sem pretender dizer nada a respeito dos outros, achei que o melhor a fazer seria continuar naquela mesma em que me encontrava, ou seja, utilizar toda a minha existência em **cultivar minha razão**, e progredir o máximo que pudesse no conhecimento da verdade, de acordo com o método que me determinara<sup>41</sup>.

<sup>35</sup> DESCARTES, René. *Op. cit.*, 1963e, p. 421.

<sup>36</sup> ID. *Ibid.*, p. 433.

<sup>37</sup> GILSON, Étienne. *Op. cit.*, p. 247.

<sup>38</sup> MERCKAERT, Norma. *Op. cit.*, p. 617.

<sup>39</sup> GILSON, Étienne. *Op. cit.*, p. 348.

<sup>40</sup> EPICTETO *Apud* GILSON, Étienne. *Op. cit.*, p. 246.

<sup>41</sup> DESCARTES, René. *Op. cit.*, 1963d, p. 597. Grifo meu.

Esta máxima que é apresentada como conclusão, só pode ser vista pressupondo as precedentes e propõe, de imediato, um engajamento concreto. Ela não diz que, mesmo havendo um corte entre um pensamento radical e a ação, deve-se perder de vista o ideal de uma conduta racional. A moral cartesiana, tal como é apresentada no *Discurso*, não possui o intuito de acomodar o homem que procura realizar seus atos com maior racionalidade. Ela introduz, na mediada do possível, sempre mais a razão nos atos humanos. Ela vem apontar, de uma maneira consciente, como resolver os problemas morais que têm caráter de urgência, pois, neste momento, o homem ainda se encontra em estado de dúvida, podendo fazer uma suspensão dos juízos, mas não uma suspensão dos atos.

### 3 A moral na correspondência com Elisabeth em 1645

A análise realizada sobre a moral do *Discurso* coloca um novo problema. Há a possibilidade de se levantar uma objeção. Poder-se-ia afirmar que em 1645 Descartes escreve, em uma correspondência, novas máximas morais e que este texto substituiria as máximas encontradas no *Discurso*. O objetivo, neste momento, é mostrar a impossibilidade de tal argumentação.

A terceira parte do *Discurso* é iniciada com a metáfora da casa. Descartes mostra que a construção de uma moral se assemelha à reforma de uma casa. Há, segundo este raciocínio, uma analogia conveniente à *morale par provision*, à medida que a casa pode ser compreendida como as ações do homem em seu cotidiano. Se seus alicerces não a sustentam mais, deve-se proceder uma demolição. Com a moral acontece, na interpretação cartesiana, a mesma coisa, ou seja, se tais ações e costumes não se sustentam mais ou seus fundamentos são demasiadamente questionáveis, é necessária uma demolição. Ora, seguindo o exemplo usado por Descartes, durante o tempo da demolição e da construção de uma nova casa, o homem precisa habitar outra. Assim acontece com a moral. Se, ainda, o homem se encontra em estado de dúvida que é metódica, hiperbólica e universal, precisam-se estabelecer regras que, mesmo não sendo indubitáveis, são, pelo menos, prováveis. Descartes tem a preocupação de que o homem não permaneça irresoluto em suas ações. Seu intuito é possibilitar ao homem “viver desde então o mais feliz que pudesse”<sup>42</sup>. Gilson defende que viver o mais feliz possível, nesta etapa da construção do sistema, não se trata do bem supremo, é antes, uma adaptação ao meio natural e social. Então, a função da moral provisória é assegurar uma melhor adaptação<sup>43</sup>.

O que deve ser salientado na expressão *morale par provision*, como já foi dito, não é seu caráter provisório, mas a palavra provisão. É importante lembrar que, neste contexto, em momento algum, Descartes utiliza a palavra *provisoire*. Esta palavra, sim, transmite a idéia de que existiria algo, no nosso caso, a moral, definitivo. Por outro lado, a palavra *provision* significa espera, ou seja, reuniões de coisas úteis ou necessárias à vida. A moral provisória se justifica não só pela necessidade de ordem prática, mas também se justifica teoricamente, enquadrando-se em linhas gerais, nas determinações do método.

Em Descartes, não há uma moral definitiva. Ele não poderia estar satisfeito neste domínio, pois sendo a moral, como descrita na *Carta-prefácio aos princípios de filosofia*, o

<sup>42</sup> DESCARTES, René. *Op. cit.*, 1963d, p. 592.

<sup>43</sup> GILSON, Étienne. *Op. cit.*, p. 230.

último degrau da sabedoria, precisar-se-ia do conhecimento total das outras ciências<sup>44</sup>. Para Gilson<sup>45</sup>, a moral ficou, assim como a medicina e a mecânica, inacabada. Encontra-se, tanto na terceira parte do *Discurso*, como na sua *Correspondência* com Elisabeth, a mesma temática. Ainda mais, nos últimos anos da vida de Descartes, boa parte de sua correspondência se ocupou de reflexões morais. Essas reflexões morais inspiram, não somente, as cartas a Elisabeth, mas também a Chanut e à rainha Cristina<sup>46</sup>. As regras encontradas no *Discurso* como provisórias são evocadas, posteriormente, numa carta a Elisabeth de 4 de agosto de 1645, como necessárias para conduzir o homem, não mais a uma simples satisfação empírica, mas ao soberano bem<sup>47</sup>.

É importante, neste momento, verificar como Descartes retoma as reflexões morais que iniciou no *Discurso*. Nessa nova versão, ele diz, em primeiro lugar, que "devemos nos esforçar sempre para nos servir, da melhor maneira possível, de nosso espírito, para conhecer o que devemos ou não devemos fazer em todas as circunstâncias da vida"<sup>48</sup>. Segundo a perspectiva aqui assumida, esta máxima é equivalente à primeira máxima encontrada no *Discurso*, a qual prescreve manter os costumes e seguir as opiniões mais moderadas.

A máxima correspondente à segunda máxima do *Discurso* dispensa qualquer explicação, pois não há nenhuma modificação considerável. Em ambos os textos, o que deve ser levado em consideração é a constância da vontade e a luta contra a irresolução. Descartes a enuncia da seguinte forma:

A segunda, que mantenhamos a firme e constante resolução de executar tudo quanto a razão nos aconselhar, sem que nossas paixões e nossos apetites nos desviem; e é a firmeza desta resolução que creio dever ser tomada pela virtude, embora eu não saiba de alguém mais que a tenha alguma vez explicado assim; mas dividiram-na em muitas espécies, a que foram dados os diversos nomes, por causa dos diversos objetos aos quais se estendem<sup>49</sup>.

A terceira máxima da correspondência prescreve que "consideremos, enquanto nos conduzimos assim, quando pudermos, segundo a razão, que todos os bens que não possuímos encontram-se também inteiramente fora de nosso poder, tanto uns como outros, e que, por esse meio, nos acostumemos a não desejá-los"<sup>50</sup>. Marques<sup>51</sup> lembra que, no *Discurso*, é afirmado que somente os pensamentos estão inteiramente no domínio do homem e, dessa forma, o empenho deve estar voltado às coisas que estão ao seu alcance e não às que se encontram fora do poder e controle humanos como, por exemplo, a fortuna, sorte ou acaso. Encontra-se aqui, claramente, uma característica estoíca, a saber, o contentamento, quer dizer,

<sup>44</sup> DESCARTES, René. *Correspondance* (1643-1650). Tome III. Paris: Garnier, 1963c, p. 780.

<sup>45</sup> GILSON, Étienne. *Op. cit.*, p. 231.

<sup>46</sup> ALQUIÉ, Ferdinand. *A filosofia de Descartes*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 127.

<sup>47</sup> DESCARTES, René. *Op. cit.*, 1963c, p. 587.

<sup>48</sup> DESCARTES, René. *Op. cit.*, 1963c, p. 589.

<sup>49</sup> ID. *Ibid.*

<sup>50</sup> ID. *Ibid.*

<sup>51</sup> MARQUES, Jordino. *Op. cit.* 1993, p. 210.

não desejar o que está fora do domínio da subjetividade. Note-se que não há, nessa nova versão, uma quarta máxima, pois ela já se encontra presente nas outras máximas<sup>52</sup>.

Na máxima, anterior e imediatamente analisada, constata-se a proximidade da concepção moral de Descartes e o princípio fundamental da ética de Epiteto. Este princípio ético consiste na diferenciação entre as coisas que estão em nosso poder e entre as coisas que não se encontram em nosso poder. As coisas que estão em nosso poder são assim consideradas, porque dependem da nossa vontade. Já as coisas que não estão em nosso poder são aquelas que não dependem de nossa vontade. Epiteto enuncia este princípio ético da seguinte forma:

As coisas são de duas maneiras; algumas estão em nosso poder, outras não. Estão em nosso poder a opinião, o movimento da alma, o apetecer, a aversão, em poucas palavras, todas as coisas que são os nossos próprios atos. Não estão em nosso poder o corpo, os bens, a reputação, os outros encargos, em poucas palavras as coisas que não são os nossos atos. As coisas postas em nosso poder são por natureza livres, não podem ser impedidas nem obstaculizadas. As outras são frágeis, escravas, passíveis de impedimento, enfim, coisas de outros<sup>53</sup>.

Todos os transtornos e dificuldades que o homem encontra na vida são o resultado de uma má compreensão dessa divisão, a saber, das coisas que se encontram em poder da subjetividade humana e das coisas que não estão. É verdade que na carta a Elisabeth de 4 de agosto de 1645, onde são apresentadas as novas formulações de sua moral, Descartes faz referência ao livro *De Vita Beata* de Sêneca<sup>54</sup> e não ao *Manual* de Epiteto. Mas no que tange à ética e à interioridade, tanto Sêneca como Epiteto partilham deste mesmo princípio. Fica perceptível e evidente o contato que Descartes teve com o estoicismo e sua influência *na morale par provision* e na *morale da Correspondência*.

A moral de Descartes é eudaimonista, ou seja, objetiva tornar o homem o mais feliz possível. Somente quando são rejeitadas as coisas que transcendem o domínio da subjetividade, há a verdadeira liberdade, a possibilidade de uma vida onde o que se deseja é o que se alcança. Isso implica, no âmago da perspectiva cartesiana, fortemente influenciada pelo estoicismo, no contentamento espiritual, definido como felicidade.

#### 4 Moral, paixões e união substancial

O Renascimento desenvolveu um processo de laicização do conhecimento, da sabedoria (*sagesse*) e, conseqüentemente, da moral<sup>55</sup>. É neste contexto que se insere a obra de Descartes. Apesar disso, não se encontra na obra cartesiana nenhum tratado de ética. É verdade que Descartes teve receio de escrever sobre moral. Há dois motivos que justificam esta recusa. Em carta a Chanut, de 20 de novembro de 1647, Descartes fornece esses motivos. Em primeiro lugar, há a possibilidade de seus adversários o caluniarem. Em segundo lugar, Descartes

<sup>52</sup> ID. Ibid.

<sup>53</sup> EPITETO. *Manuel*. Paris: Flammarion, 1999, p. 208.

<sup>54</sup> DESCARTES, René. *Op. cit.*, 1963c, p. 587.

<sup>55</sup> TEIXEIRA, Lívio. *Op. cit.*, p. 101.

concorda que somente os soberanos, ou os que deles têm autorização podem controlar o costume das pessoas<sup>56</sup>.

A princípio, a reflexão moral parece não possuir a unidade tão notavelmente presente na física ou na metafísica. Ela (a moral) se estabelece progressivamente em vários momentos, ao passo que a física, como bem observa Guenancia<sup>57</sup>, está contida quase inteiramente no *Tratado do Mundo* e a metafísica nas *Meditações*. O mecanicismo e a união substancial possuem uma importância primaz na constituição da moral, uma vez que fornece um conhecimento exato do corpo, de suas funções, de sua autonomia e permite saber por que meios e dentro de que limites, considerando a relação entre alma e corpo, pode-se agir<sup>58</sup>. É, então, por esse motivo, que Descartes escreve a Chanut, em uma carta de 26 de fevereiro de 1649, que as verdades deduzidas da física fazem parte da mais alta e mais perfeita moral<sup>59</sup>. Acrescente-se que esta correspondência foi redigida apenas um ano antes de sua morte (11 de fevereiro de 1650, em Estocolmo), quando o *Tratado das Paixões da Alma* está consumado e não se têm motivos para especular um possível descontentamento quanto a esta obra.

Certamente, Descartes é conhecido como o filósofo que abandonou a tradição escolástica com sua formulação do sujeito como coisa pensante, ou seja, a autonomia do homem frente às verdades religiosas, mas não como um filósofo interessado por questões ligadas à moralidade. Contudo, ele escreve na *Carta-prefácio aos princípios de filosofia* que a construção de um sistema moral perfeito haveria de ser o coroamento de sua filosofia.

Assim, toda a filosofia é como uma árvore, cujas raízes são a metafísica, o tronco é a física, e os galhos que saem do tronco são todas as outras ciências, que se reduzem a três principais, a saber, a medicina, a mecânica e a moral. **Entendo a mais alta e mais perfeita moral, que pressupondo um conhecimento inteiro das outras ciências, é o último degrau da sabedoria**<sup>60</sup>.

A unidade da ciência não é terminal, mas inicial na filosofia cartesiana. Não se quer dizer que as ciências são as mesmas, nem que, conhecendo uma, todas serão conhecidas, todavia é preciso tomar consciência de que a exigência de redução a noções simples deve ser sempre reivindicada contra a aparente diversidade e complexidade dos objetos. É evidente que em 1637, em Leiden, já eram apresentadas no *Discurso máximas morais* que, apesar de terem o aspecto de provisão, como atesta Gilson, tiveram validade definitiva<sup>61</sup>. Mas a intenção, aqui, não é abrir uma discussão se há ou não uma moral definitiva em Descartes. A intenção é evidenciar que, dez anos antes da redação do *Tratado das Paixões da Alma*, já existia uma preocupação do filósofo no que tange à moral. Esta preocupação tem sua razão de ser. Ao aceitar o método da dúvida, é necessário o cuidado em não permanecer “irresoluto em minhas ações”<sup>62</sup>. Descartes criticou, constantemente, a irresolução, principalmente quando se trata das

<sup>56</sup> DESCARTES, René. *Op. cit.*, 1963c, p. 794.

<sup>57</sup> GUENANCIA, Pierre. *Op. cit.*, p. 201.

<sup>58</sup> ID. *Ibid.*, p. 204

<sup>59</sup> DESCARTES, René. *Op. cit.*, 1963c, p. 893.

<sup>60</sup> DESCARTES, René. *Op. cit.*, 1996, p. 74-75. Grifo meu.

<sup>61</sup> GILSON, Étienne. *Op. cit.*, p. 230-234.

<sup>62</sup> DESCARTES, René. *Op. cit.*, 1963d, p. 591.

ações, pois a vida continua e se deve agir o melhor possível. O receio de Descartes é que uma grande indecisão nas ações possa criar um caos moral. Dessa forma, seus *Princípios de filosofia* (I, § 3) aceitam recomendações prováveis.

Enquanto dura, a dúvida deve ser mantida sob controle e empregada somente em conexão com a contemplação da verdade. **No que diz respeito à vida cotidiana, perderíamos muitas vezes a oportunidade de agir, caso esperássemos até nos livrarmos das dúvidas; somos, portanto, freqüentemente compelidos a aceitar o meramente verossímil<sup>63</sup>.**

Note-se que a moral não se situa na periferia da certeza no sistema cartesiano. Pelo contrário, é certo que se devem seguir as opiniões mais prováveis quando não existe o discernimento das mais verdadeiras do ponto de vista prático. O *Tratado das paixões da alma* é a última obra de importância de Descartes. Este é o escrito mais elaborado sobre moral. Não é o mais importante de todos, uma vez que é uma aplicação dos elementos que se acham em outras obras, principalmente na *Correspondência*. Teixeira<sup>64</sup> mostra que é na *Correspondência* e nas *Meditações* que se encontram os princípios, os fundamentos, sem os quais não seria possível compreender o *Tratado das paixões da alma*. E, ainda, é fácil perceber que o fundamento metafísico do tratado em questão se encontra na teoria cartesiana das substâncias, ou seja, a substância pensante e a substância extensa<sup>65</sup>.

Gaukroger concorda com Teixeira e apresenta o objetivo de Descartes ao escrever o *Tratado das paixões da alma*.

Mais do que qualquer outra coisa, o objetivo de Descartes, ao produzir uma exposição sistemática das paixões, foi reestruturar toda a questão dos estados afetivos em torno de uma compreensão clara da distinção entre mente e corpo, e formular, com base nessa compreensão, a idéia apropriada da união substancial da origem e natureza dos estados afetivos<sup>66</sup>.

A união substancial é um plano no qual, por sua natureza, não há lugar para idéias claras e distintas, a não ser aquelas que levem a perceber que se trata de um plano de idéias confusas. Não se trata de curar o corpo em benefício da alma. Teixeira<sup>67</sup> salienta que se trata de saber a maneira pela qual o conhecimento da união que há entre a alma e o corpo pode governar as paixões da alma que têm origem no corpo. É a partir de 1644, nas cartas a Elisabeth, que Descartes destacará mais a atuação da alma sobre o corpo, estabelecendo uma relação bastante firme entre sentimentos e reações corporais, que estão tanto na base dos bens, como dos males acarretados à saúde.

<sup>63</sup> DESCARTES, René. *Op. cit.*, 1963f, p. 92. Grifo meu.

<sup>64</sup> TEIXEIRA, Lívio. *Op. cit.*, p. 151.

<sup>65</sup> ID. *Ibid.*

<sup>66</sup> GAUKROGER, Stephen. *Descartes: uma biografia intelectual*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Contraponto, 1999, p. 486.

<sup>67</sup> TEIXEIRA, Lívio. *Op. cit.*, p. 153.

Descartes aborda, em uma correspondência que serve de prefácio ao *Tratado das paixões da alma* que não escrevia como “orador, nem como filósofo moral, mas somente como físico”<sup>68</sup>. O que Descartes quer dizer quando afirma que tratará das paixões *en physicien*? Significa, primeiramente, segundo o próprio Descartes, que não tratará do assunto como os oradores, nem como os filósofos moralistas. Faz-se, aqui, uma crítica aos filósofos moralistas de seu tempo, salientando, assim, a falta de objetividade destes em suas análises das paixões<sup>69</sup>. O termo *en physicien* significa duas coisas. Em primeiro lugar, que o tratamento das paixões dependia dos fundamentos metafísicos da filosofia natural expostos nos *Princípios* e, sob esse aspecto, as paixões tinham o mesmo fundamento último das outras duas ciências básicas, a saber, a medicina e a mecânica. Portanto, o primeiro ponto é que, ao escrever *en physicien*, Descartes fornece uma descrição das paixões que aspira a um certo grau de verdade, em contraste com as descrições rivais<sup>70</sup>. Em segundo lugar, ao declarar que não escreve como filósofo moral, Descartes se volta contra aqueles para os quais este constitui o ponto de partida: os estóicos viam no *pathos*, paixão, um fenômeno patológico, que o homem sábio era motivado a subjugar, aspirando à *apathéia*. Não se trata apenas que Descartes discordasse dessa explicação das paixões, mas de toda essa abordagem delas. A menos que se tivesse uma compreensão adequada das faculdades da mente, da fisiologia corporal e do funcionamento da união substancial entre a alma e o corpo, não se poderia nem mesmo investigar a natureza das paixões.

### Considerações Finais

Certamente, a literatura crítica sobre o pensamento de Descartes aborda, preferencialmente, a metafísica e a concepção de ciência. Procurou-se mostrar, neste artigo, que faz parte do cartesianismo o estabelecimento de uma moral. Segundo o entendimento e a demonstração estabelecida, as máximas morais encontradas na terceira parte do *Discurso do método* e na *Correspondência* não são reflexões à margem do sistema, ou mesmo, algo circunstancial. Para confirmar esta interpretação de Descartes que ora fazemos, basta uma leitura atenta da *Carta-prefácio aos princípios de filosofia*, onde se afirma ser a moral o coroamento de sua filosofia. Em outro lugar, apontamos para a existência de uma teoria da vontade nas regras do método e na formulação da dúvida<sup>71</sup>. É importante que se note com atenção estes aspectos do cartesianismo, para que não haja uma compreensão parcial, ou mesmo, equivocada de sua filosofia.

Dois conceitos devem ser salientados. Primeiro, a compreensão da expressão *morale par provision*. Esta expressão indica que as máximas não são provisórias num sentido trivial, elas são necessárias à medida que o sistema é construído. Ainda, na carta que Descartes volta

<sup>68</sup> DESCARTES, René. *Op. cit.*, 1963c, p. 949.

<sup>69</sup> Se há um termo inovado por Descartes é o termo *passion*. Com a helenização do cristianismo, ficou marcante o dualismo na cultura ocidental. Tanto na tradição cristã, quanto em na tradição filosófica, as paixões foram vistas como negativas, como empecilhos para a elevação do espírito. A inovação de Descartes consiste em ver as paixões como naturais, não simplesmente negativas. Em outras palavras, Descartes sustenta que se existe um grande equívoco na tradição, este é a incompreensão do termo paixão.

<sup>70</sup> GAUKROGER, Stephen. *Op. cit.*, p. 448.

<sup>71</sup> PIMENTA, Alessandro. *Op. cit.*, p. 46-49.

a enunciar máximas morais, percebe-se a realização de poucas mudanças. Isso comprova a atualidade das máximas no sistema. Segundo, o termo *en physicien* afasta a análise de Descartes da tradição moralista. Sua proposta é tratar da moral com o máximo de objetividade e, pode-se mesmo dizer, cientificidade. Não sem uma ponta de ironia, Descartes afirma que seu objetivo é tratar do problema moral não como um filósofo moral, mas como um físico.

Em epítome, a filosofia de Descartes é um esforço de exercitar o bom senso, ou seja, a faculdade de distinguir o verdadeiro do falso, no que tange à metafísica, à ciência em geral e, também, à moralidade, que permanece como uma questão aberta no cartesianismo<sup>72</sup>.

## Referências

- ALQUIÉ, Ferdinand. *A filosofia de Descartes*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- \_\_\_\_\_. *La découverte métaphysique de l'homme chez Descartes*. Paris: Puf, 1950.
- DESCARTES, René. *Correspondance (1618-1637)*. Tome I. Paris: Garnier, 1963a.
- \_\_\_\_\_. *Correspondance (1638-1642)*. Tome II. Paris: Garnier, 1963b.
- \_\_\_\_\_. *Correspondance (1643-1650)*. Tome III. Paris: Garnier, 1963c.
- \_\_\_\_\_. *Discours de la méthode*. Tome I. Paris: Garnier, 1963d.
- \_\_\_\_\_. *Les méditations*. Tome II. Paris: Garnier, 1963e.
- \_\_\_\_\_. *Principes de la Philosophie*. Tome III. Paris: Garnier, 1963f.
- \_\_\_\_\_. *Lettre-préface des Principes de la Philosophie*. Paris: Flammarion, 1996.
- EPITETO. *Manuel*. Paris: Flammarion, 1999.
- ESPINAS, Alfred. *Descartes et la morale*. Tomes I et II. Paris: Bossard, 1925.
- GAUKROGER, Stephen. *Descartes: uma biografia intelectual*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Contraponto, 1999.
- GILSON, Étienne. *Discours de la méthode: texte et commentaire*. Paris: Vrin, 1967.
- GOUHIER, Henri. *Essais sur Descartes*. Paris: Vrin, 1937.
- GUENANCIA, Pierre. *Descartes et l'ordre politique*. Paris: Puf, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Lire Descartes*. Paris: Gallimard, 2000.
- MARQUES, Jordino. *Descartes e sua concepção de homem*. São Paulo: Loyola, 1993.
- \_\_\_\_\_. Moral e Política no sistema cartesiano. In.: BRITO, Adriano & HECK, José. *Ética e política*. Goiânia: UFG, 1997.
- MERCKAERT, Norma. Les trois moments moraux du *Discours de la méthode*. In.: *Revue philosophique de Louvain*, n° 73, p. 607-627, 1975.
- MONTAIGNE, Michel de. *Essais*. Paris: Puf, 2001
- PIMENTA, Alessandro. Descartes. In.: BARRETO, Vicente. (Org.). *Dicionário de filosofia do direito*. São Leopoldo/Rio de Janeiro: Ed. Unisinos/Renovar, 2006.
- \_\_\_\_\_. O papel da vontade no método e na dúvida cartesiana. *Revista Filosofazer*, n.23, Ano XII. Passo Fundo: IFIBE, 2003/2
- RODIS-LEWIS, Geneviève. *La morale de Descartes*. Paris: Puf, 1998.
- TEIXEIRA, Lívio. *Ensaio sobre a moral de Descartes*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>72</sup> GUENANCIA, Pierre. *Op. cit.*, p. 406.

---

Doutor em Filosofia (Gama Filho)  
Departamento de Filosofia/UFPI  
Professor do PPG em Ética e Epistemologia da UFPI  
E-mail: [ar\\_pimenta@hotmail.com](mailto:ar_pimenta@hotmail.com)